



REDE MOCAMBICANA DOS  
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

**RMDDH**

Quinta - feira, 12 de Maio de 2022 | Ano 03, n.º 22 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Ataques contra jornalistas revelam tendência de fechamento do espaço cívico em Moçambique

- Os ataques sucessivos contra jornalistas revelam uma tendência de fechamento do espaço cívico em Moçambique. Esta situação torna-se mais grave ainda quando o próprio Estado, através dos seus agentes, actua como inimigo dos jornalistas e limita as liberdades de imprensa e de expressão.



Créditos: Redactor.mz

**E**m 2021, o Governo demonstrou a sua aversão às liberdades de imprensa através de acções que podem ser consideradas antidemocráticas, refere o Relatório sobre o Estado da Liberdade de Imprensa – 2021, publicado pelo MISA Moçambique.

Depois da declaração da inconstitucionalidade do Decreto 40/2018, de 23 de Julho, que fixava as taxas e multas no acto do licenciamento dos órgãos de comunicação social e acreditação de jornalistas em Moçambique, o Governo recorreu a outras limitações que

tiveram um impacto sobre a liberdade de imprensa, acrescenta o referido relatório.

No entanto, nos termos do número 1 do artigo 48 da Constituição da República de Moçambique, todos os cidadãos têm direito à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.

Para além de limitações legislativas à liberdade de imprensa, o relatório do MISA Moçambique aponta que, em 2021, registou 15 casos de agressão física, um assalto contra uma Redacção, um caso de censura e outro de detenção.

Para o MISA Moçambique, um elemento importante está relacionado com o conflito em Cabo Delgado, cujo impacto na actividade dos *media* e no ambiente da liberdade de imprensa tem contornos irreparáveis. “As descrições e as análises dos casos de violações das liberdades de imprensa registados em Cabo Delgado mostram como essas violações foram estrategicamente cometidas para substanciar um clima de medo para garantir um baixo nível de fluxo de informação e, conseqüentemente, a falta de transparência sobre a gestão do conflito”, aponta o relatório do MISA Moçambique.

Na província de Cabo Delgado, a situação dos direitos humanos e dos jornalistas enquanto entidades que promovem os direitos humanos e do espaço cívico é ameaçador. O extremismo violento mal compreendido e em rápida evolução levou à deterioração das condições de segurança e propiciou um ambiente de violações e abusos de direitos humanos.

As respostas de segurança nacional não foram capazes de conter o conflito e, em vários casos, exacerbaram as causas que levaram ao extremismo violento. Entre as mais de três mil pessoas mortas e mais de 800 mil deslocadas, contam-se centenas de defensores de direitos humanos anónimos que tomaram em defesa do direito à vida e à dignidade humana dos seus concidadãos.

O CIVICUS Monitor, uma colaboração de pesquisa global que avalia e rastreia as liberdades fundamentais em 196 países, considera que o espaço cívico em Moçambique passou de “obstruído” para “repressivo”, a segunda pior classificação que um Estado pode ter. Esta classificação revela que as liberdades fundamentais, como as liberdades de expressão, de reunião e de associação, são sistematicamente violadas no país.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** RMDDH  
**Presidente:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Sheila Nhancale  
**Layout:** RMDDH

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo -Moçambique **Contacto** +258 857645056  
 **Email** : [info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org](mailto:info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org) [@RMDDH\\_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh\\_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)  
 **Facebook:** @RMDDHMoz [redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/](http://redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/) **LinkedIn:** [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)